



12 DE FEVEREIRO DE 2016

Terça-feira

- ENTIDADES DEFINEM MOBILIZAÇÕES EM SEMANA DECISIVA PARA O IMPEACHMENT
- SALÁRIO MÍNIMO EM MARÇO DEVERIA SER DE R\$ 3.736,26, SEGUNDO DIEESE
- DONA DA ARNO ANUNCIA FECHAMENTO DE FÁBRICA NA CAPITAL PAULISTA
- ENQUANTO MERCADO ENCOLHEU, VENDAS DA TOYOTA CRESCERAM 1%
- FORD VAI ERGUER NOVA FÁBRICA DE CARROS PEQUENOS NO MÉXICO
- MAGNETI MARELLI PROJETA EXPANSÃO DE 40% NAS EXPORTAÇÕES
- MERCOSUL E UE SE ENCONTRARÃO EM MAIO PARA NEGOCIAR LIVRE COMÉRCIO
- ANFIR PROJETA O PIOR ANO PARA IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS
- MONTADORAS AUMENTAM CONSUMO DE COURO
- CESTA BÁSICA SOBE 2,04% EM CURITIBA EM MARÇO
- CARGA DE ENERGIA DO SIN CRESCE 1,7% EM MARÇO ANTE MARÇO DE 2015, DIZ ONS
- ACÇÕES EUROPEIAS SOBEM COM MINERADORAS E BANCOS; LVMH RECUA POR VENDAS FRACAS
- LUCRO TRIMESTRAL DA ALCOA RECUA; DEMANDA DE ALUMÍNIO DEVE CRESCER MAIS QUE OFERTA
- BANCOS RENEGOCIAM EMPRÉSTIMOS DE GRANDES EMPRESAS
- TST JULGA CAUSA TRABALHISTA QUE PODE LEVAR A PERDA DE R\$ 11,5 BI À PETROBRAS
- BRASILEIROS SELECIONAM MELHOR OS GASTOS PARA SOBREVIVER À CRISE, DIZ PESQUISA
- RECUPERAÇÕES JUDICIAIS AVANÇAM NAS FÁBRICAS DE AUTOPEÇAS DO PAÍS
- NWR, ENTRE A FALÊNCIA E A ESTATIZAÇÃO
- BANCOS BRASILEIROS PODEM ESTAR SUBESTIMANDO INADIMPLÊNCIA, DIZ MOODY'S
- A INDÚSTRIA RETROCEDE EM UMA REACÇÃO EM CADEIA

- TEXTO DA MP QUE MUDA O SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO (SCE) PODE SER VOTADO EM COMISSÃO NESTA TERÇA
- FMI PIORA PREVISÕES DO BRASIL, COM RECESSÃO DE 3,8% E DESEMPREGO DE 9,2%
- RECESSÃO A OLHOS VISTOS: EMPURRADOS PARA A RUA
- PROJETO VAI PROPOR SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 946 EM 2017
- RECEITA REGULAMENTA CONSOLIDAÇÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS PARA PARCELAMENTO
- FMI VÊ BRASIL ENCOLHENDO MAIS EM 2016 E ESTAGNADO NO ANO SEGUINTE
- COBRE OPERA EM ALTA, BENEFICIADO PELO DÓLAR MAIS FRACO E PELA FORÇA DO PETRÓLEO
- POLÍTICAS ECONÔMICAS SALVAM EMERGENTES DAS CRISES, MAS NÃO SÃO SUFICIENTES
- CASOS DE CORRUPÇÃO EXIGEM MUDANÇAS RADICAIS NAS EMPRESAS
- JUROS DO CHEQUE ESPECIAL SOBEM E CHEGAM A 13,08%, DIZ PROCON/SP
- AÇÕES TRABALHISTAS CRESCEM 87,5% EM CAXIAS DO SUL
- CENÁRIO RESULTA EM DEMISSÕES NA INDÚSTRIA
- BRASIL ESTÁ NA 79ª POSIÇÃO ENTRE OS PAÍSES MAIS RICOS DO MUNDO
- A INDÚSTRIA RETROCEDE EM UMA REAÇÃO EM CADEIA

CÂMBIO		
EM 12/02/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,561	3,562
Euro	4,058	4,059

Fonte: BACEN

Entidades definem mobilizações em semana decisiva para o impeachment

12/02/2016 – Fonte: Automotive Business



Instituições que integram o movimento “É hora de transformar o Brasil” apoiam manifestações e vão reforçar seu posicionamento junto a deputados da bancada paranaense

Lideranças de entidades representativas do setor produtivo e de classe paranaenses, integrantes do movimento “É hora de transformar o Brasil”, reuniram-se na manhã desta segunda-feira (11), em Curitiba, para alinhar ações que serão promovidas nesta semana.

O grupo declarou apoio a uma mobilização convocada pela Associação Comercial do Paraná (ACP), nesta quarta-feira (13), para mostrar a insatisfação dos empresários em relação ao cenário econômico e político do país.

Além disso, definiu estratégias para reforçar o posicionamento das instituições em favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, que deve ser votado pela Câmara dos Deputados no próximo domingo (17).

A manifestação convocada pela ACP terá como local principal o calçadão da Rua XV de Novembro, no Centro de Curitiba. Em protesto pela atual situação do país, os comércios da região estão sendo convidados a fechar por meia hora, das 17h às 17h30.

“Aqueles que puderem vão baixar as portas de seus estabelecimentos como sinal de protesto. Queremos mostrar toda a insatisfação que os empresários hoje têm em relação à falta de ética, à corrupção e ao aumento de impostos”, explica o presidente da ACP, Antonio Miguel Espolador Neto.

“Os empresários estão quebrando, estão com dificuldades financeiras, muitas empresas fecharam no ano passado e outras vão quebrar este ano. Isso nos preocupa muito”, completa. Segundo ele, a intenção é que manifestações semelhantes sejam realizadas ao mesmo tempo em outras áreas de Curitiba e também em municípios do interior do Estado.

Além da mobilização de quarta-feira, as entidades vão trabalhar ao longo da semana para sensibilizar os deputados federais da bancada paranaense a votar em favor do impeachment da presidente Dilma, como explica o presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo.

“Já colocamos em frente de nossa sede um placar do impeachment, em que estamos mostrando para a sociedade os parlamentares favoráveis, os contrários e os indecisos. Até o dia 17 estamos fazendo um corpo a corpo com os deputados para mostrar a importância desse voto e da necessidade de o Brasil passar por uma transformação depois desse processo”, afirma.

As entidades do movimento "É hora de transformar o Brasil" também decidiram apoiar as manifestações de rua que ocorrerão em Curitiba no próximo domingo, data em que deve ser colocado em votação no plenário da Câmara o pedido de impeachment.

A principal delas está marcada para a Praça Santos Andrade, onde telões serão instalados para que a população possa acompanhar a votação na Câmara. "Está muito claro que o Dia D do Brasil é o dia 17. É o dia em que o destino não só político do país, mas da economia como um todo, estará sendo decidido", diz Campagnolo.

Por fim, foi definido que um grupo de aproximadamente 50 lideranças das entidades irá a Brasília no próximo fim de semana para acompanhar as mobilizações que ocorrerão na capital federal. Para o presidente da Fiep, em todas essas manifestações é preciso que, acima de tudo, sejam respeitadas as opiniões contrárias.

"É importante que as pessoas respeitem os favoráveis e os contrários ao impeachment. Não podemos ter nenhum tipo de conflito, porque o Brasil é um só", declara.

Salário mínimo em março deveria ser de R\$ 3.736,26, segundo Dieese

12/02/2016 – Fonte: UOL

Em março, o salário mínimo ideal para sustentar uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 3.736,26. O valor é 4,25 vezes o salário em vigor, de R\$ 880. A estimativa é do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) e foi divulgada nesta segunda-feira (11).

O departamento divulga mensalmente uma estimativa de quanto deveria ser o salário mínimo para atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, como estabelecido na Constituição: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Esse valor é calculado com base na cesta básica mais cara entre as 27 capitais. Em março, o maior valor foi registrado em Brasília (R\$ 444,74).

A diferença entre o salário mínimo real e o necessário subiu de fevereiro para março. No mês anterior, o ideal era que ele fosse de R\$ 3.725,01 (4,23 vezes o salário

Dona da Arno anuncia fechamento de fábrica na capital paulista

12/02/2016 – Fonte: UOI

O Grupo SEB, dono da marca Arno, anunciou nesta segunda-feira (11) o fechamento de sua fábrica de eletroportáteis (ventiladores, aspiradores de pó, liquidificadores, entre outros) no bairro da Mooca, na capital paulista.

A produção, de acordo com a empresa, será transferida para uma nova fábrica em Itatiaia, no sul do Rio de Janeiro. A mudança deve acontecer aos poucos, com início previsto para novembro deste ano e término em outubro de 2017.

Os funcionários da capital paulista já foram avisados da decisão, segundo a empresa. O grupo não informou quantos serão demitidos.

Em nota, a empresa informou que "lamenta o fechamento da fábrica da Mooca, que faz parte da história da companhia há 70 anos". No entanto, afirmou que se tornou inviável "manter uma fábrica na região central de São Paulo, que tem perfil urbano e apresenta dificuldades operacionais e de logística".

Mudança é estratégica, diz empresa

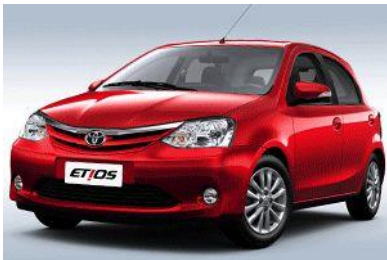
A mudança para Itatiaia faz parte de uma estratégia de crescimento do negócio de eletroportáteis, de acordo com a empresa.

A sede da empresa e as demais áreas de suporte, como pesquisa e desenvolvimento, compras, marketing, comercial e financeira, permanecem em São Paulo. As fábricas de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, e de Jaboatão dos Guararapes (PE) continuam a operar normalmente.

O Grupo SEB, que também é dono das marcas Clock, Krups, Lagostina, Panex, Rochedo e T-Fal, afirmou ainda que não haverá qualquer impacto para os clientes e consumidores das marcas do grupo.

Enquanto mercado encolheu, vendas da Toyota cresceram 1%

12/02/2016 – Fonte: Automotive Business



A Toyota seguiu na direção oposta do total do mercado e conseguiu ampliar em 1% suas vendas no Brasil no primeiro trimestre do ano, para 41,4 mil unidades. O aumento porcentual é pequeno, mas expressivo se considerada a queda de 28,6% do mercado de forma geral, para 481,3 mil emplacamentos. Com o resultado, a montadora alcançou 8,6% de participação nas vendas.

O volume também garantiu à Toyota a quinta posição no ranking das maiores fabricantes de veículos do Brasil, atrás da General Motors, Fiat, Volkswagen, Hyundai e na frente da Ford, que ocupou a sexta colocação no primeiro trimestre do ano.

O modelo da marca japonesa mais negociado foi o Etios, com 14,9 mil unidades entre as versões hatchback e sedã, com crescimento de 12% na comparação com o resultado de igual intervalo de 2015.

A demanda pelo Corolla também cresceu. Houve expansão de 4% para 15,2 mil unidades, o que garantiu ao automóvel a liderança do segmento de sedãs médios. Os negócios da empresa foram complementados pelos emplacamentos da Hilux, que somou 8,5 mil, e pela SW4, que teve nova geração lançada recentemente. Foram vendidas 2 mil unidades do modelo.

Ford vai erguer nova fábrica de carros pequenos no México

12/02/2016 – Fonte: Automotive Business

A Ford terá uma nova fábrica de automóveis em San Luis de Potosi, no México. A unidade será erguida em San Luis de Potosi, começa a operar em 2018, pode gerar 2,8 mil empregos até 2020 e fará modelos de pequeno porte, o que deve dobrar a capacidade produtiva mexicana. A montadora ainda não revela quais veículos fará ali.

Este é o segundo anúncio de grande expansão da Ford no México em um ano. Em abril de 2015 a companhia americana destinou US\$ 2,5 bilhões em investimentos fabris no

país como parte de um plano de gerar 6,6 mil postos de trabalho ao longo dos próximos anos.

O republicano Donald Trump chamou a decisão da Ford de "vergonha absoluta" por gerar mais empregos no país vizinho em vez de fazer o mesmo nos Estados Unidos e a United Auto Workers (UAW) taxou a decisão de expandir a operação mexicana como "decepção" e "preocupante."

O preço baixo da gasolina nos Estados Unidos gerou aumento de ociosidade na produção americana de veículos de menor porte. Em 2009 a Ford recebeu US\$ 5,9 bilhões dos Estados Unidos para reequipar 11 fábricas em cinco Estados para entregar tecnologias energeticamente eficientes. A empresa deveria converter a unidade de Wayne, Michigan, para fazer carros pequenos, veículos elétricos e híbridos, que agora seriam transferidos para o México.

A Ford alega que não cortará postos de trabalho nos Estados Unidos com a nova planta mexicana. A montadora deve produzir em Wayne a picape Ranger e o utilitário esportivo Bronco no lugar de modelos pequenos.

Magneti Marelli projeta expansão de 40% nas exportações

12/02/2016 – Fonte: Automotive Business

A Magneti Marelli Aftermarket investe nas exportações enquanto o mercado interno brasileiro se contrai. A divisão, voltada ao mercado de reposição, pretende ampliar em 40% as vendas a outros países em 2016. A alta acontece é impulsionada pelo câmbio favorável, com dólar valorizado.

Se concretizada, a alta acontecerá sobre base forte, já que a empresa registrou expansão acentuada em 2015. No ano passado as exportações aumentaram 70%. A linha de amortecedores Cofap é a que tem maior apelo no mercado internacional, com dois mil códigos para várias aplicações. Injeção e Ignição eletrônica, radiadores e molas pneumáticas complementam a gama de produtos para exportação.

A Magneti Marelli confirma estar trabalhando em um programa de desenvolvimento para tornar o portfólio mais atrativo a outros mercados. A meta é exportar um milhão de amortecedores por ano, o que corresponde a 70% do total de produtos destinado pela companhia ao aftermarket de outros países.

A maior parte dos negócios é com países da América Latina, como Argentina, Chile e México. Com o real desvalorizado, no entanto, a empresa trabalha para recuperar mercados importantes da América do Norte, Europa e Ásia.

Mercosul e UE se encontrarão em maio para negociar livre comércio

12/02/2016 – Fonte: Automotive Business

Está marcada para a segunda semana de maio em data ainda a ser definida o encontro entre os representantes do Mercosul e da União Europeia (UE) para as negociações de acesso ao mercado com vistas ao acordo de livre comércio entre os blocos.

A previsão foi anunciada na última sexta-feira, 8, pela comissária de comércio da UE, Cecilia Malmström, e o ministro das relações exteriores do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, cujo país exerce a presidência na representação do Mercosul. Eles acertaram também um calendário de reuniões ao longo do ano.

Em comunicado divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as equipes farão suas propostas de ofertas de acesso a mercado, especificando as formas de aumentar a abertura comercial mútua de bens e serviços, incluindo compras governamentais.

O objetivo é negociar um acordo de comércio global, reduzindo impostos alfandegários, removendo barreiras ao comércio de serviços e aprimorar as regras relacionadas a compras governamentais, procedimentos alfandegários, barreiras técnicas ao comércio e proteção à propriedade intelectual.

“Esta é uma agenda prioritária para o Brasil. Estamos reposicionando nossa política comercial, e a principal iniciativa reside na conclusão do acordo Mercosul e a União Europeia. A perspectiva do acordo preferencial de comércio entre os dois blocos oferece excelentes oportunidades. Temos a compreensão que esse passo será essencial para o nosso processo de inserção mais qualificada nas cadeias globais de valor e para uma integração mais efetiva às correntes de comércio internacionais”, afirmou em nota o ministro do MDIC, Armando Monteiro.

“A Europa tem forte laços econômicos e políticos com a América Latina. A melhora das condições de comércio entre a UE e os países do Mercosul trará importantes ganhos econômicos para todos os países. Os dois lados estão comprometidos, então eu acredito que a troca de ofertas permitirá que encerremos com sucesso essa longa negociação”, declarou Cecilia em nota.

HISTÓRICO

As negociações entre a UE e o Mercosul se iniciaram em 1999. Após uma troca de ofertas malsucedida em 2004, elas foram interrompidas por seis anos. Desde a retomada das conversas, em 2010, nove rodadas de negociação foram realizadas prevendo uma nova troca de ofertas, o que ainda não aconteceu.

Em janeiro de 2015, em reunião com o com o embaixador da Bélgica no Brasil, Josef Smets, o ministro do MDIC reafirmou que a posição do governo brasileiro era a de avançar nas negociações do acordo comercial entre os dois blocos.

“Conseguimos evoluir no Mercosul, com convergência entre os países-membros, e estamos prontos para avançar com a apresentação de uma oferta para concluir as negociações. Hoje, esta é uma posição de governo no Brasil. Aguardamos também uma oferta da União Europeia para prosseguir. Fechar este acordo irá fortalecer o Mercosul”, disse na ocasião.

Em junho do ano passado, Monteiro foi a Bruxelas onde se reuniu com a comissária europeia Cecilia e com demais representantes do Mercosul. Em comunicado conjunto divulgado à época, Mercosul e UE reafirmaram a “importância de aprofundar e ampliar a relação entre os dois blocos e, para esse fim, realizaram uma troca franca e aberta de pontos de vista sobre o estado das negociações para um acordo de associação ambicioso, abrangente e equilibrado”.

Já em agosto do mesmo ano, o ministro participou da reunião da presidente Dilma Rousseff com a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, no Palácio do Planalto, em Brasília. Na ocasião, Monteiro avaliou que a conclusão do acordo Mercosul-União Europeia dependia, fundamentalmente, do Brasil e da Alemanha.

“Pela importância da Alemanha e, sobretudo, pelo iminente acordo, ou pelo menos o início da troca de ofertas com a União Europeia, eu diria que esse acordo Mercosul-União Europeia depende fundamentalmente de dois parceiros, o Brasil, pelo

protagonismo no Mercosul, e a Alemanha, pelo extraordinário peso que a economia alemã tem na União Europeia”, disse.

Em outubro, o tema foi tratado pelo ministro na reunião do Comitê Econômico e Comércio Conjunto entre Reino Unido e Brasil (Jetco) realizada em Londres. Os países trocaram impressões sobre as negociações comerciais e sobre as estratégias de exportação, além da pauta sobre a troca de ofertas entre Mercosul e União Europeia.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Em 2015, as exportações brasileiras para a União Europeia alcançaram a cifra de US\$ 33,9 bilhões, 19,3% a menos que no ano anterior, quando esse valor foi de US\$ 42 bilhões.

Com isso a participação da UE nas exportações brasileiras caiu de 18,7% em 2014 para 17,8% em 2015. A pauta das exportações brasileiras para a UE é composta, principalmente por produtos básicos (48,3%). Os semimanufaturados representam 16,1% e os manufaturados, 35,1%.

Os principais produtos exportados para a UE em 2015 foram farelo de soja, com participação de 9,8% do total das exportações para o bloco; café em grãos (8,5%), minério de ferro (6,6%), soja em grãos (6,4%) e celulose (6,3%).

Na via contrária, as importações brasileiras da UE foram de US\$ 36,6 bilhões em 2015, com queda de 21,6% sobre o valor importado em 2014, de US\$46,7 bilhões. A participação da UE nas importações brasileiras elevou-se de 20,4% para 21,4%. No ano passado, o Brasil importou da UE principalmente manufaturados (95,2%), enquanto os semimanufaturados representaram 3,1% e os básicos 1,7%.

Os principais produtos importados da UE foram medicamentos p/ medicina humana e veterinária, com participação de 8,5% do total das compras brasileiras do bloco; autopeças (4,6%), compostos heterocíclicos (3,3%); inseticidas, formicidas e herbicidas (3%) e automóveis (2,8%).

Anfir projeta o pior ano para implementos rodoviários

12/02/2016 – Fonte: Automotive Business



Este deverá ser o pior ano para o setor de implementos rodoviários: a Anfir, associação que reúne as fabricantes, projeta a venda de 56,6 mil unidades em 2016, o menor patamar já registrado na história do segmento desde que as estatísticas começaram a ser feitas pela entidade. Considerando os volumes de licenciamentos desde 2014, a perda acumulada poderá ser de 103 mil produtos em dois anos.

Os dados do primeiro trimestre de 2016 apontam para essa direção. Entre janeiro e março a indústria de implementos rodoviários entregou 15.640 unidades, volume 32,4% menor que o apurado em igual período do ano passado, quando foram emplacadas 23.640 unidades.

"A indústria está em uma situação crítica de queda acentuada em seu desempenho e ociosidade crescente", alerta Alcides Braga, presidente da Anfir. "A situação está bastante complicada para as empresas que já passaram por um ano de retração forte como 2015", acrescenta Mario Rinaldi, diretor executivo da entidade.

Desta vez, a queda foi puxada pela categoria de implementos leves – chassis sobre carrocerias – cujas vendas caíram 41,4% no comparativo anual acumulado, passando de 16.206 unidades há um ano para 9.490. Já os pesados tiveram retração menor, de 11,5%, de 6.950 para 6.150 unidades.

"As discussões políticas têm contribuído para paralisar a atividade econômica e reduzir o clima de confiança da iniciativa privada nacional e estrangeira. Agir dessa forma não é propriamente novidade como prova a área da saúde, por exemplo, onde independente da cor do governo o Brasil é destaque positivo mundial no campo da vacinação. Isso mostra que é possível sim isolar o que dá certo no País e fazer a sociedade prosperar", pondera Braga.

Montadoras aumentam consumo de couro

12/02/2016 – Fonte: Automotive Business



A indústria do couro está cada vez mais dentro dos automóveis e o setor vem aumentando ano a ano o uso do insumo em revestimentos de bancos e interiores. A evolução é rápida: em 2009 as montadoras e seus fornecedores representavam apenas 8% das compras mundiais de peles bovinas, porcentual que saltou para 18% em 2015, cerca de 45 milhões de peças semiacabadas do total de 250 milhões de unidades curtidas no ano.

Segundo estimativas dos curtumes e seus consultores, no ritmo atual até 2020 os fabricantes de veículos vão responder por 25% de todo o couro consumido no mundo, processando quase 69 milhões de peles. Os dados foram apresentados em seminário dedicado ao assunto promovido pela Lectra em sua fábrica em Bordeaux-Cestas, na França.

A empresa francesa já tem quase 40% de seu faturamento no setor automotivo com o fornecimento de máquinas digitais, softwares e treinamento para corte de tecidos de bancos e airbags, e agora direciona esforços para aumentar da mesma forma sua penetração no corte de couro para carros.

Dois movimentos contrários fazem a demanda por couro pender para a indústria automobilística: de um lado está a queda do uso de couro natural pelas fábricas de calçados – ainda responsáveis por pouco mais da metade do consumo mundial, mas que já representaram acima de 70% há menos de 10 anos – e do lado oposto está o crescimento compensador da oferta global de carros premium, que usam a matéria-prima no acabamento interno como diferenciação de luxo e sofisticação.

A BMW, por exemplo, usa mais de 15 mil peles bovinas por dia na fabricação de seus automóveis. Modelos de altíssimo padrão da Rolls-Royce ou Bentley chegam a usar de 10 a 15 peles no revestimento interior de um único veículo.

“O couro é um insumo estratégico para criar valor e trazer lucro”, afirmou em sua apresentação Gerard Payen, diretor do projeto New Espace da Renault. “O couro traz uma mensagem de qualidade premium, já é uma condição para automóveis topo de linha. Se você olhar para o interior de um Bentley todo revestido com diversos tipos de couro, dirá que é um carro de alto luxo mesmo sem saber que é um Bentley”, exemplificou.

Segundo ele, a presença do material teve crescimento exponencial nos últimos 20 anos mesmo nos modelos mais caros do mercado. Payen citou que, em 1996, na Europa 35% dos sedãs acima de 4,7 metros de comprimento traziam revestimento de couro, porcentual que já saltou para 55% este ano.

Segundo projeções da consultoria IHS apresentadas durante o seminário da Lectra, a demanda por veículos com revestimento de couro natural ou sintético (não-tecido) está aumentando entre todos os fabricantes.

Somente considerando marcas premium, principalmente as alemãs Mercedes-Benz, Audi e BMW, a IHS calcula que até 2020, de todos os modelos vendidos, cerca de 45% devem sair de fábrica com revestimentos de couro na Europa, 84% na América do Norte e 78% na China. Levando em conta os fabricantes de carros de alto consumo, os percentuais de uso de não-tecidos caem para 9% na Europa, 32% na América do Norte e 54% na China.

Não foram divulgadas estatísticas para a América do Sul, mas sabe-se que os números são ainda muito modestos. Os curtumes calculam que as montadoras instaladas no Brasil consomem cerca de 40 mil metros quadrados de couro por mês, o que significa revestir algo como 24 mil veículos por ano, cerca de 1% da produção nacional em 2015. A abertura de fábricas de marcas premium no País pode fazer esse número crescer nos próximos anos.

DESEJO DO CONSUMIDOR

“Nos principais mercados do mundo o consumidor aprecia o aumento do conforto interno e da sofisticação dos veículos, ele quer se sentir como se estivesse na poltrona de sua casa, e o acabamento em couro atende essa exigência”, argumenta Céline Choussy-Bedouet, diretora de marketing da Lectra.

Um estudo apresentado no evento por Guilherme Motta, diretor comercial da divisão de couros da JBS, confirma a maior procura pela matéria-prima natural no interior dos veículos: pelo preço agregado estimado de US\$ 1 mil nos Estados Unidos, assentos genuínos de couro são o terceiro atributo mais desejado na compra do próximo carro pelo consumidor, atrás somente de ar-condicionado e acionamento elétrico dos vidros.

Os revestimentos em couro do volante, console central e painel interno das portas também aparecem na 8ª, 15ª e 17ª posições entre os 20 itens mais procurados. “O crescimento não é só nas marcas de luxo, mas em quase todos os fabricantes, que muitas vezes nem cobram o couro como opcional, mas oferecem como promoção”, pontua Motta.

Nesse ritmo, a brasileira JBS tornou-se um gigante do setor, que exporta cerca de metade de sua produção de peles principalmente para fabricantes de assentos automotivos. Segundo dados apresentados por Motta, o setor automotivo aumentou

de 5% em 2000 para 30% em 2015 a participação nas vendas anuais de peles bovinas curtidas do Brasil, algo como 12,7 milhões de peças do total de 42,2 milhões produzidas por ano pelo País – que abriga atualmente o maior rebanho bovino comercial do planeta, com 212,7 milhões de cabeças de gado, e é o segundo maior produtor de couro bovino do mundo, atrás da China.

MAIS EFICIÊNCIA

A indústria automobilística desponta como tábua de salvação dos curtumes, pois compensa a queda de consumo do setor calçadista. A oportunidade, contudo, também representa um desafio aos fornecedores do insumo, que precisam se modernizar e aumentar produtividade e qualidade para atender às exigências das montadoras. “Estamos aprendendo com os fabricantes de veículos: eles têm robôs, eficiência e nós temos de acompanhar o cliente no mesmo ritmo”, afirma Motta.

Muitos dos curtumes brasileiros já atendem essas exigências, mas apesar de estarem entre os maiores fornecedores de couro para a indústria automotiva, vão só até a produção da pele bruta com pigmentação, a peças semiacabada, vendida hoje no mercado internacional por valores entre US\$ 65 e US\$ 75 por pele.

Se entregassem as peças já cortadas e costuradas, o valor de venda poderia crescer cerca de 30%, no cálculo de alguns especialistas. “Alguns pequenos fornecedores de couro automotivo estão comprando máquinas digitais de corte para oferecer uma diferenciação em relação aos concorrentes de grandes volumes, porque assim podem desenvolver produtos mais rapidamente e com maior qualidade”, explica Roy Shurling, diretor de desenvolvimento global de couro automotivo da Lectra.

Em geral, os curtumes fornecem peles semiacabadas para alguns dos principais fornecedores das fabricantes de veículos, como os fabricantes de bancos Lear e Johnson Controls, que fazem os cortes e costuras das capas.

Por isso, por larga margem o maior fornecedor de peças acabadas de couro acabadas para as montadoras é o México, onde são cortadas quase 40 mil peles por dia para a indústria, boa parte exportada na forma de carros revestidos para os Estados Unidos, o maior consumidor mundial do produto.

Logo atrás vêm China, com processamento de 22 mil peles/dia, e Itália, perto de 18 mil/dia. O Brasil aparece apenas em 17º no fornecimento de couro acabado para automóveis em 2015, com menos de 2 mil peles cortadas diariamente.

RUMO À DIGITALIZAÇÃO



Seja nos curtumes ou nos fornecedores de primeiro nível das montadoras, Shurling destaca que a digitalização do desenvolvimento de componentes como assentos e corte digital do couro serão essenciais para aumentar a eficiência dos processos industriais e atender aos pedidos cada vez mais diversificados dos fabricantes de

veículos. As principais marcas premium estão multiplicando o número de modelos e versões oferecidas.

A Mercedes-Benz, por exemplo, oferecia sete modelos em seu portfólio em 1980, passou a 24 em 2010 e vai chegar a 40 em 2020, com centenas de opções entre bancos, painéis e revestimentos. Isso significa um menor número de componentes e mais variações por projeto, mas mais peles para cortar no total com maior flexibilidade dos processos de produção.

Em busca de agilidade de desenvolvimento e flexibilidade da produção, atualmente 80% dos bancos revestidos com tecido são produzidos com peças cortadas por máquinas digitais – no ano 2000 esse percentual era de apenas 10%.

Para as capas de couro essa proporção quase se inverte: apenas 10% das peles são cortadas digitalmente e 90% por prensas, em uma operação artesanal. O problema é que o desenvolvimento de uma matriz de lâminas de prensa pode levar mais de três semanas, o que inviabiliza o atendimento rápido de mudanças de modelo requerido pelas montadoras, o processo gera mais desperdício de material e os desvios de qualidade são constantes, elevando substancialmente os custos de produção.

Em oposição a esse processo – com a aposta de que a digitalização também chegará inexoravelmente à indústria do couro automotivo assim como já aconteceu com os revestimentos de tecido –, a Lectra lançou em 2011 a Versalis Auto, especialmente para o corte de peles para automóveis.

Com sensores a laser, a máquina “lê” o formato da pele (nunca igual um ao outro), exclui as partes com defeito marcadas pelo operador e faz o encaixe digital das partes a serem cortadas, previamente programadas. Depois uma esteira leva a peça adiante para que as cabeças de corte façam a separação das partes. O processo otimiza o uso da pele, reduzindo o refugo.

Alguns clientes da Lectra que passaram a usar a Versalis Auto aumentaram o aproveitamento das peles de 60%, no corte com prensa, para 70% a 80% com o uso do processo digital. A produtividade por hora trabalhada aumentou, em média, 20%.

A adoção de softwares de prototipagem virtual, também fornecido pela Lectra, reduz entre 12 e 16 semanas o tempo de desenvolvimento de um banco. Como a máquina digital tem facas controladas por computador que deslizam por cima de qualquer pele, torna-se desnecessária a fabricação das caras matrizes usadas nas prensas, diminuindo substancialmente o tempo de resposta a um pedido do cliente.

“Os tempos de produção e o número de pessoas utilizados são praticamente iguais aos de corte com prensas, o que muda é a velocidade de reação a um novo projeto e o aumento da qualidade e produtividade do processo”, resume Shurling.



A Versalis Auto em operação: os defeitos da pele são marcados e a peça passa pelo leitor laser, para o encaixe digital das partes. Depois a peça é transportada para o corte pré-programado

Cesta básica sobe 2,04% em Curitiba em março

12/02/2016 – Fonte: Bem Paraná

Em março de 2016, a Cesta Básica de Curitiba calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apresentou variação de 2,04%, sendo a 3º menor alta entre as 26 capitais que apresentaram aumento de preço, passando de R\$ 392,75 em fevereiro de 2016 para os atuais R\$ 400,78.

Nos três primeiros meses de 2016, as maiores variações acumuladas da cesta básica foram observadas em Belém (17,60%), Aracaju (14,25%), Goiânia (12,77%) e Fortaleza (12,72%).

Os menores aumentos ocorreram em Campo Grande (1,43%), Porto Velho (1,96%), Curitiba (2,30%) e Boa Vista (3,15%). A única diminuição foi registrada em Porto Alegre (-0,82%).

Dos 13 produtos pesquisados, dez registraram alta em março de 2016: a batata (9,75%), a banana (6,62%), o café (4,13%), a manteiga (3,99%), o tomate (3,86%), o leite (2,33%), o óleo (1,91%), o feijão preto (1,12%), o pão (0,22%) e a carne (0,17%). Outros três itens tiveram queda: a farinha de trigo (-0,85%), o arroz (-0,40%) e a o açúcar (-0,36%).

Carga de energia do SIN cresce 1,7% em março ante março de 2015, diz ONS

12/02/2016 – Fonte: Paraná Online

A carga de energia que circulou pelo Sistema Interligado Nacional (SIN) em março cresceu 1,7% em relação a igual mês de 2015. Na comparação com fevereiro, houve queda de 1,1%, informou nesta segunda-feira, 11, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A carga total de energia do SIN ficou em 69.400 megawatts (MW) médios. O volume de carga, divulgado mensalmente pelo ONS, é calculado a partir da soma de toda a energia movimentada no sistema elétrico, mas difere do volume de energia consumida em função das perdas existentes na rede.

Segundo o Boletim de Carga Mensal do ONS, o comportamento da carga vem sendo afetado pelo baixo desempenho da atividade econômica, diante da demanda interna fraca causada principalmente pelo endividamento das famílias, com taxas de juros e desemprego altos.

"Por outro lado, a ocorrência de temperaturas relativamente elevadas nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste, na comparação com o mesmo mês do ano anterior e a continuidade do movimento de ajuste dos estoques contribuíram em sentido contrário, justificando a taxa de variação positiva da carga do SIN em março", diz o boletim.

Ao mesmo tempo, o ONS destaca que o aumento das tarifas de eletricidade vem se refletindo nos padrões de consumo de energia, contribuindo para a redução da carga, principalmente nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Sul.

Entre as regiões do País, a maior alta na comparação com março de 2015 foi registrada na Norte (4,8%), seguida pelo subsistema do Nordeste (3,1%) e pelo Sudeste/Centro-Oeste (2,4%). Na contramão, o subsistema do Sul apresentou queda de 3,3%.

Segundo o boletim, a taxa negativa do Sul foi influenciada pela ocorrência de temperaturas abaixo das verificadas no mesmo período do ano anterior. "Além disso, também contribuiu para esse resultado, o cenário econômico atual e a redução do consumo de energia decorrente do aumento das tarifas de energia elétrica."

Ações europeias sobem com mineradoras e bancos; LVMH recua por vendas fracas

12/02/2016 – Fonte: R7

As ações europeias subiam nesta terça-feira, ajudadas pelos ganhos entre os setores de mineração e bancos, mas as companhias de bens de luxo tinham um dos piores desempenhos após dados decepcionantes da LVMH.

Às 7:52 (horário de Brasília), o índice das principais ações europeias FTSEurofirst 300 tinha alta de 0,25 por cento, a 1.311 pontos, enquanto o índice de blue chips da zona do euro Euro Stoxx 50 subia 0,39 por cento para 2.935 pontos.

A ação da LVMH recuava mais de 2 por cento após a líder de bens de luxo divulgar vendas abaixo das expectativas no primeiro trimestre, uma vez que o turismo de compras em mercados importantes como França e Hong Kong continuou em baixa.

O resultado pressionava as ações de rivais como Burberry e Kering, com queda de 2,16 e 0,57 por cento, respectivamente.

O índice do setor de mineração subia 2,58 por cento, maior ganho setorial, apoiado pela estabilização dos preços do cobre e sinais econômicos encorajadores da China.

As ações bancárias também avançavam, com ganho de 0,65 por cento, com os bancos italianos subindo pela terceira sessão seguida, depois do acordo orquestrado pelo governo para criar um fundo para auxiliar os bancos fracos.

Entretanto, a alta dos bancos italianos parecia perder força, com alguns investidores expressando ceticismo sobre o plano.

Lucro trimestral da Alcoa recua; demanda de alumínio deve crescer mais que oferta

12/02/2016 – Fonte: R7

A companhia de metais Alcoa divulgou nesta segunda-feira um lucro trimestral menor, com resultados afetados pela queda no preço das commodities, o dólar mais forte e fechamento de unidades ou desinvestimentos, mas o principal executivo da empresa disse esperar crescimento da demanda mais rápido do que a oferta neste ano.

A Alcoa também reduziu sua previsão para as vendas globais na indústria aeroespacial em 2016.

A Alcoa vai se separar em duas na segunda metade deste ano.

O negócio tradicional de fundição vai manter o nome Alcoa, enquanto uma nova empresa chamada de Arconic manterá os negócios de valor adicionado aeroespacial e automotivo, que envolvem ligas fortes, leves que a empresa tem trabalhado duro para construir nos últimos anos.

O presidente executivo da Alcoa, Klaus Kleinfeld, disse à Reuters em uma entrevista que a empresa espera que a demanda mundial de alumínio cresça 5 por cento este ano, enquanto a oferta deve aumentar 2 por cento.

"Isso deve criar um apoio adicional para o preço" do alumínio, disse ele.

A Alcoa disse que agora espera crescimento das vendas globais na indústria aeroespacial em um intervalo de 6 a 8 por cento este ano, ante previsão divulgada no quarto trimestre de 2015 de alta entre 8 e 9 por cento.

A companhia disse que espera alta da produção automotiva global de 1 a 4 por cento este ano.

A companhia teve lucro líquido de 16 milhões de dólares ou 0,00 dólar por ação, baixa ante os 195 milhões de dólares ou 0,14 dólar por ação um ano antes.

Analistas esperavam em média lucro por ação de 0,02 dólar no trimestre. Excluindo itens não-recorrentes, a companhia teve lucro por ação de 0,07 dólar.

A receita no trimestre caiu 15 por cento para 4,95 bilhões de dólares, ante 5,82 bilhões de dólares um ano antes. Analistas esperavam receita de 5,14 bilhões de dólares.

Bancos renegociam empréstimos de grandes empresas

12/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Os bancos brasileiros estão fazendo um esforço concentrado para evitar que um grupo de grandes empresas fique inadimplente. Entre as medidas adotadas estão a renegociação de empréstimos e a avaliação de venda de patrimônio para cobrir dívidas.

A inadimplência dessas companhias pode levar os bancos a provisionar até 100% do valor emprestado para cobrir o risco de calote.

Além disso, a entrada de uma dessas empresas em recuperação judicial obrigaria o sistema financeiro a fazer uma reserva contra inadimplência equivalente a algo entre 30% e 70% dos recursos.

As estimativas iniciais são que a piora no cenário econômico e a Lava Jato colocaram em risco a saúde financeira de um grupo entre 10 e 15 grandes companhias. O valor total dessas dívidas é estimado em R\$ 200 bilhões.

Dentro do governo, a avaliação é que os grandes bancos têm condições de suportar esses custos. Já as instituições de médio porte podem ficar insolventes, levando a uma crise sistêmica que afetaria toda a economia.

Em geral, esses grandes empréstimos são feitos por meio de um grupo de bancos, o que visa, por exemplo, reduzir riscos. Por isso, a renegociação dos débitos também é feita em conjunto.

Entre os setores mais atingidos, estão os de construção civil e infraestrutura, do qual fazem parte as grandes empreiteiras do país.

No ano passado, houve mais de 1.300 pedidos de recuperação judicial, de todo porte de empresas. Em 2014, foram cerca de 800 pedidos. O movimento foi impulsionado pela Operação Lava Jato.

Em relatório recente, o BC considerou que, apesar dessa piora, o sistema financeiro continua capaz de suportar uma onda de calotes de empresas citadas na Lava Jato.

Entre os bancos, no entanto, há dúvidas sobre a solvência das instituições menores.

Os bancos têm pedido ao governo a adoção de medidas que podem ajudar nessas negociações, como a liberação de recursos dos compulsórios e a revisão de exigências de provisões contra calotes.

Integrantes da equipe econômica afirmam, no entanto, que essas medidas podem afetar ainda mais a credibilidade do governo e resistem a tomar ações nesse sentido.

A questão dos estímulos ao crédito divide a equipe econômica. A Fazenda vem anunciando medidas nesse sentido, mas o BC tem a avaliação de que o problema não é a falta de recursos, mas de demanda das empresas e famílias.

TST julga causa trabalhista que pode levar a perda de R\$ 11,5 bi à Petrobras

12/02/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) analisa nesta terça-feira (12) o principal esqueleto trabalhista da Petrobras, referente ao pagamento de adicional de periculosidade e de insalubridade para empregados que trabalham em áreas de risco.

Uma derrota pode custar à estatal R\$ 11,5 bilhões, segundo projeção feita em seu balanço mais atual, do quarto trimestre de 2015. Estimativas internas, que fazem parte de uma denúncia de trabalhadores, porém, falam em perdas de até R\$ 20 bilhões.

O problema é resultado de uma mudança na política trabalhista da estatal em 2007, quando foi instituída a remuneração mínima de nível e regime (RMNR), que equalizou os salários de empregados por região.

Negociada com os sindicatos, a RMNR incorporou os adicionais de periculosidade, permitindo que todos os trabalhadores de mesmo nível em uma mesma região tivessem rendimentos equivalentes. Ou seja, empregados de áreas administrativas receberam aumento e passaram a ganhar o mesmo que seus colegas de áreas operacionais.

Em 2012, os sindicatos foram à Justiça pedindo novo adicional para aqueles que trabalham em situação de risco e pedindo o pagamento retroativo ao período em que o benefício foi extinto.

A categoria argumenta que o pagamento de adicionais para trabalhadores de área de risco está previsto na Constituição e não pode ser eliminado por acordo trabalhista.

"Os trabalhadores querem acabar com essa distorção, de empregados administrativos ganharem o mesmo que os que trabalham em áreas de risco", defende o coordenador do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, Adaedson Costa.

Atualmente, 11 sindicatos questionam o fim dos adicionais na Justiça. Há casos de trabalhadores que já venceram a disputa e obtiveram aumento de salário.

Na sessão desta terça, o pleno do TST analisará a "uniformização do entendimento sobre a matéria", como coloca a Petrobras em seu balanço.

Isto é, a decisão do tribunal terá que ser respeitada na análise das ações em instâncias inferiores no país.

A instituição da RMNR é alvo de denúncia feita por empregados e pequenos acionistas insatisfeitos com a expansão dos passivos trabalhistas da empresa na gestão do sindicalista Diego Hernandez na área de Recursos Humanos.

Em seu balanço mais recente, a Petrobras diz que o total de processos trabalhistas com "perda considerada possível" podem lhe custar R\$ 22 bilhões.

O balanço, porém, traz apenas R\$ 3,3 bilhões em provisões para perda considerada "provável".

Procurada, a Petrobras não havia se pronunciado até a conclusão desta edição.

Brasileiros selecionam melhor os gastos para sobreviver à crise, diz pesquisa

12/02/2016 – Fonte: R7



O cenário de recessão e altos índices inflacionários têm feito com que os brasileiros encontrem outras maneiras para sobreviverem à crise econômica ao observar o orçamento encolher.

Para se adequar ao cenário de dificuldade econômica, 93% dos consumidores passou a selecionar melhor os gastos, de acordo com uma pesquisa realizada pela Nox4Think.

Segundo o levantamento encomendado pela rede de fidelidade Dotz, ao cortar as despesas, os brasileiros tendem a manter os gastos com alimentação e medicamentos como prioridade.

Entre entrevistados pela pesquisa, 26% disse que o caminho por eles encontrado foi concentrar as compras em locais onde existe a possibilidade de acumular pontos e trocar por descontos ou produtos.

Outra tática adotada pela população é utilizar os pontos de fidelidade para realizar o pagamento de contas. Segundo a rede de fidelidade, nos últimos quatro anos as transações realizadas para pagar contas com pontos acumulados somam mais de R\$ 14 milhões.

Recuperações judiciais avançam nas fábricas de autopeças do país

12/02/2016 – Fonte: Valor Econômico

A cada mês, quase duas fabricantes de autopeças recorrem à Justiça na tentativa de escapar da falência pelo instrumento da recuperação judicial. Foi esse o ritmo médio apurado entre março do ano passado e fevereiro deste ano, 12 meses em que 22 empresas do setor buscaram o expediente, ainda que nem sempre os requerimentos sejam aceitos por juízes.

De 2013 a 2014, 27 companhias fizeram o mesmo, o que significa que 49 fornecedores de peças solicitaram recuperação judicial em pouco mais de três anos, de acordo com a Serasa Experian.

A lista aumenta à medida que a crise das montadoras, destino de dois terços da produção, ganha contornos "dramáticos" - para usar um adjetivo empregado por executivos dessa indústria.

Dos pequenos fabricantes de estrutura familiar - que nos não raros casos de insolvência dependem do socorro de grandes clientes para comprar matérias-primas - a subsidiárias de multinacionais, forçadas, muitas vezes, a captar dinheiro com as matrizes estrangeiras, um grupo crescente de empresas sente a dificuldade de gerar caixa suficiente aos compromissos de curto prazo quando minguem as encomendas numa indústria que usa menos da metade de sua capacidade.

Sufocadas, elas batem nas portas de bancos, mas se deparam com um sistema financeiro seletivo. Sem crédito, caem em um, nem sempre reversível, quadro de asfixia financeira.

Desde 2013, quando o mercado de automóveis inverteu a curva de nove anos seguidos de crescimento, 24 empresas de autopeças esgotaram todas as alternativas e tiveram falências decretadas pela Justiça, ainda segundo a Serasa.

"Os subsetores mais dependentes das montadoras de veículos comerciais, que não exportam e participam pouco do mercado de reposição são os que apresentam maior estresse financeiro no momento", diz Fernando Nogueira, diretor da TCP Latam, boutique de investimento e assessoria financeira que viu na crise a oportunidade de fazer dinheiro com a reestruturação de empresas de autopeças.

Pode não ser a "quebradeira" que alguns esperavam após o consumo de veículos retroceder uma década. Todos termômetros que medem a saúde financeira na cadeia de suprimentos indicam, porém, acelerada deterioração.

De um ritmo anual estabilizado entre cinco e seis companhias, o número de recuperações judiciais - último recurso para escapar da bancarrota - pedidas por fabricantes de componentes automotivos chegou a 11 em 2013, saltando para 16 e 15 nos dois anos seguintes, respectivamente (veja gráfico acima).

Por seus primeiros registros, 2016 mostra potencial de marcar um indesejado novo pico na estatística. Só entre janeiro e fevereiro, o total que partiu para esse caminho - sete - já é quase metade do resultado final de 2015.

A Arteb, tradicional fabricante de faróis com mais de mil trabalhadores em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, é um dos casos recentes dessa lista. Além da queda de 40% nas vendas, a companhia citou dificuldades do aumento de custo e da falta de crédito ao ter, no mês passado, o pedido de recuperação aceito pela Justiça.

Desde o início do ano, também entraram em recuperação judicial a Rayton, uma fabricante de peças de transmissão da Grande São Paulo, e a Wetzel, de peças fundidas e usinadas em ferro e alumínio, com sede em Joinville (SC).

Em geral, filiais de multinacionais não chegam a esse ponto porque, pior que seja a situação, podem contar com o caixa dos controladores no exterior, reforçado pelos resultados históricos nos Estados Unidos, onde as vendas de carros bateram recorde em 2015, e pela recuperação do mercado europeu.

Só no ano passado, US\$ 5,52 bilhões entraram no país em empréstimos corporativos a controladas da indústria automobilística, incluindo montadoras. Ainda assim, as grandes multinacionais também tiveram que enxugar estruturas e lançar programas de reestruturação para atravessar a tormenta.

Unindo-se a um grupo formado por sistemistas automotivos como a Delphi, que já fechou três unidades no país, a também americana Eaton vai desativar em junho sua fábrica em Guarulhos (SP), mesma cidade onde a gaúcha Randon encerrou a produção de semirreboques.

Fornecedora, entre outros produtos, de para-choques e painéis de instrumentos, a Plascar, controlada por dois fundos de investimento americanos, já havia fechado em 2014 as fábricas de Pindamonhangaba e Campinas, ambas cidades do interior paulista, e agora renegocia contratos com bancos e busca um novo sócio para o negócio.

NWR, entre a falência e a estatização

12/02/2016 – Fonte: Valor Econômico

A maior empresa privada de mineração de carvão do Leste Europeu, New World Resources (NWR), está à beira da falência ou de ser estatizada, enquanto o governo da República Tcheca discute se aprova um plano de resgate da companhia.

Listada na bolsa de Londres, a NWR tem até quarta-feira para convencer seus credores de que tem apoio político e financeiro de Praga para fechar minas que estão deficitárias, afetadas pela queda nos preços internacionais de carvão dos últimos cinco anos.

Os ministros tchecos vão se encontrar hoje para discutir se concordam com o pedido da companhia de oferecer apoio para a OKD, a unidade tcheca da New World Resources, que emprega 13 mil funcionários e produz 8 milhões de toneladas de carvão por ano para clientes como a fabricante de aço ArcelorMittal.

"Nós estamos em um ponto muito crítico", declarou o chairman Gareth Penny ao "Financial Times". "Se nos for dado um sinal de que não temos apoio, a situação muda imediatamente", disse.

Os credores da New World Resources concordaram na semana passada em estender o prazo final para o "waiver" (perdão) de uma linha de crédito até esta quarta-feira para dar mais tempo para a companhia negociar com as autoridades tchecas. Penney afirmou que ele vai "olhar de forma muito crítica ao longo dos próximos dias se eles vão estender [o prazo] ainda mais".

Como muitas mineradoras de carvão no Leste Europeu, a New World Resources tem entrado em uma espiral de perdas desde que os preços de carvão caíram pela metade desde 2011.

Bancos brasileiros podem estar subestimando inadimplência, diz Moody's

12/02/2016 – Fonte: CIMM

O crescente volume de reestruturação de empréstimos dos bancos brasileiros pode estar subestimando a inadimplência, enquanto a cobertura com provisões pode estar superdimensionada, afirmou a agência de classificação de risco Moody's nesta segunda-feira (11).

Segundo a agência, o volume de reestruturação de crédito no país subiu 37 por cento em 2015 sobre um ano antes, impulsionado por calotes e pelo que chamou de pré-inadimplência em diferentes classes de empréstimos, levando os principais bancos a mudarem cada vez mais os termos e condições dos contratos de empréstimo.

Empréstimos reestruturados são buscados por tomadores em dificuldades financeiras e que já têm operações em atraso. A Moody's diz temer que os bancos brasileiros tenham usado a reestruturação para evitar reconhecer o aumento da inadimplência.

"O aumento das reestruturações pode mascarar o crescimento da inadimplência e também aponta para um declínio da cobertura com provisões", afirmou o analista Farooq Khan.

A agência calcula que o aumento das reestruturações de empréstimos provocaria uma alta de 180 pontos-base no índice de calotes acima de 90 dias em dezembro e um declínio de 60 pontos-base na cobertura com provisões. Segundo o Banco Central, o índice era de 5,3 por cento no fim do ano passado.

De acordo com a Moody's, embora cinco dos maiores bancos do país tenham provisionado o equivalente a 51 por cento de seus empréstimos renegociados, eles não divulgam seus níveis de renegociação de empréstimos.

A indústria retrocede em uma reação em cadeia

12/02/2016 – Fonte: CIMM

Em fevereiro, a produção da indústria brasileira voltou a cair, puxada pela retração dos setores de veículos e de máquinas e equipamentos, concentrados em São Paulo, e a retração arrastou os segmentos fornecedores de matérias-primas para a fabricação de peças e componentes.

Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), as quedas na produção de veículos automotores, de 25,1%, e de máquinas e equipamentos, de 24,6%, influenciaram os declínios de 20,9% das indústrias fornecedoras de produtos de metal, 16,1% das fabricantes de produtos de borracha e plástico e 15,7% do segmento de minerais não-metálicos.

A variação negativa da produção das montadoras e seus fornecedores foi a principal causa do tomo de 12,3% na indústria do estado. No País, o declínio atingiu 9,8%.

Os resultados de fevereiro agravam a crise crônica da manufatura, hoje com produção 14% inferior à de agosto de 2008, o mês anterior à quebra do banco Lehman Brothers e à propagação da crise. O recuo da indústria de bens de capital atingiu 38% no período, e o do setor de bens duráveis, 36%, segundo o IEDI.

Outros indicadores confirmam o descenso do setor. Em 1980, a indústria brasileira era a sétima do mundo, com 2,7% da produção global. Hoje, está em décimo primeiro lugar e representa 1,6% do total mundial. A participação nas exportações manufatureiras mundiais, de 0,6%, corresponde à 32ª posição no ranking.

Os efeitos da deterioração não se circunscrevem ao setor. "A indústria sofre uma perda de conhecimento. É um setor fundamental ao crescimento do Brasil e precisa retomar a produtividade e a produção de conhecimento para liderar o crescimento da economia", destacou Jorge Lopez, presidente da 3M do Brasil, em encontro promovido pela Amcham em São Paulo sobre a economia brasileira em 2016.

Entre todas as agruras da indústria, nenhuma supera a do câmbio valorizado, principalmente, desde os anos 1990. O câmbio, concordam vários economistas, foi o causador da queda da indústria e do PIB brasileiros nos últimos 20 anos.

Nada há de errado, substancialmente, com a economia brasileira, que nos últimos 60 anos cresceu a uma taxa média de 4,7% ao ano, concordam vários economistas. O que puxou o PIB para baixo foi o declínio da indústria.

A valorização do real, a partir dos anos 1990, retirou a capacidade de exportação do setor, favoreceu uma inundação de manufaturados importados e causou a atrofia de inúmeras indústrias. Desde 1986, usa-se o câmbio para controlar a inflação. No ano passado, a desvalorização permitiu corrigir uma parte da distorção e a indústria voltou a exportar.

A estabilização do câmbio valorizado é central, mas a retomada exige ampliar substancialmente o escopo e repensar o conjunto da economia, conforme mostra a história bem-sucedida dos países avançados e do Leste Asiático.

A manufatura demanda um conjunto sincronizado de políticas macroeconômica, de competitividade e comercial. O Brasil atua nas três frentes, mas a harmonia entre elas é insuficiente devido à ausência de uma estratégia industrial articulada no papel de força direcionadora comum.

A harmonização das políticas macroeconômica, industrial e comercial deve articular-se com a participação nas cadeias globais de valor, conjuntos de empresas de diferentes países envolvidas nas diversas etapas de produção e comercialização de bens e serviços responsáveis pela maior parte das transações comerciais internacionais.

Apesar de quase excluído desses arranjos globais, o País tem condições que nem a China nem o México possuem para melhorar a sua posição nas cadeias, avaliaram Timothy Sturgeon, do Massachusetts Institute of Technology, e Gary Gereffi, da Universidade de Duke, nos Estados Unidos.

Eles dirigiram a pesquisa A Indústria Brasileira e as Cadeias de Valor, de 2014, contratada pela Confederação Nacional da Indústria, com diagnóstico e propostas detalhadas para as cadeias das indústrias aeronáutica, de material médico hospitalar e de eletroeletrônicos. As recomendações ainda não foram colocadas em prática, segundo a CNI.

Algumas iniciativas buscam reforçar cadeias produtivas. A Associação Brasileira da Indústria do Plástico e a Braskem desenvolveram um programa intitulado PicPlast para promover as exportações, a competitividade e a valorização das vantagens do uso do plástico.

O setor tem 11,5 mil empresas, 93% delas de pequeno ou médio porte, com 326 mil trabalhadores. A iniciativa proporciona "ganhos estruturais e de competitividade", segundo José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Abiplast.

A Braskem facilitou as condições de acesso à venda incentivada para as exportações às empresas com interesse em disputar o mercado externo. Desde 2013, foram investidos 82 milhões de dólares em 66 mil toneladas de resina destinadas à exportação. O setor de produtos de plástico exporta 5% da produção, mas tem potencial para atingir 20%, segundo Roriz Coelho.

Texto da MP que muda o Seguro de Crédito à Exportação (SCE) pode ser votado em comissão nesta terça

12/02/2016 – Fonte: Agência Senado



- [Veja a pauta completa da Comissão Mista \(701/2015\)](#)

Deve ser apresentado nesta terça-feira (12) o relatório do senador Douglas Cintra (PTB-PE) à MP [701/2015](#), que promove ajustes no Seguro de Crédito à Exportação (SCE). A reunião da comissão que analisa a MP está marcada para as 14h30 no plenário 6 da Ala Nilo Coelho, no Senado. A previsão é de que o texto seja votado na mesma reunião.

O SCE garante operações de crédito à exportação brasileira contra riscos comerciais, políticos e extraordinários que possam afetar a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação.

A MP consolida o entendimento de que o SCE pode ser utilizado não apenas por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito, mas também por seguradoras e organismos internacionais.

A iniciativa, segundo o governo federal, amplia a chance de compartilhamento de risco com outras instituições, contribui para a abertura de novos mercados e para o restabelecimento de parcerias comerciais e tecnológicas.

A MP também permite que a União, por meio do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), assumas as despesas de contenciosos judiciais ou extrajudiciais com o objetivo de evitar ou limitar indenizações do SCE.

FMI piora previsões do Brasil, com recessão de 3,8% e desemprego de 9,2%

12/02/2016 – Fonte: O Globo



O Brasil é novamente o destaque negativo do Panorama Econômico Mundial (WEO, na sigla em inglês) do Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo o documento publicado na manhã desta terça-feira, o país terá uma recessão de 3,8%, piorando a previsão de queda de atividade de 3,5% no levantamento de janeiro.

O Brasil também não deve crescer em 2017, de acordo com o fundo. Mas o pessimismo do FMI não está centrado no Brasil, pois o organismo reduziu as perspectivas de

crescimento da maior parte dos países, com exceção de China e Índia. O fundo afirma que o mundo está "crescendo muito pouco por muito tempo".

O FMI continua com um cenário sombrio para o país: recessão de 3,8% neste ano, a pior entre as principais economias globais. Na prática, o fundo repete para 2016 o tamanho da recessão do ano passado.

Além disso, o FMI prevê a manutenção do déficit em conta corrente ao menos até 2017 e o desemprego em alta: 2016 fecharia com 9,2% das pessoas desempregadas (em fevereiro a taxa do IBGE para as seis maiores regiões metropolitanas estava em 8,2%) e chegaria a 10,2% em 2017.

O organismo também alerta para os riscos da inflação em alta no país, que deve fechar 2016 em 8,7% e 2017 em 6,1%, segundo as projeções do WEO. A instituição destaca ainda que o Brasil, juntamente com a Rússia, foram os países que mais contribuíram para a frustração das expectativas de crescimento global desde meados de 2014.

"No Brasil, o governo deve perseverar seus esforços de consolidação orçamentária para promover uma reviravolta na confiança e investimento", afirma o documento, lembrando que no país é muito difícil cortar gastos, mas que isso é fundamental.

"Reformas estruturais para aumentar a produtividade e a competitividade, incluindo concessões de infraestrutura, são essenciais para revigorar crescimento potencial", destaca o relatório.

Esse relatório marca a abertura da reunião de primavera do FMI, em Washington, que neste ano não contará com a presença do ministro da Fazenda do Brasil. Nelson Barbosa teve que trocar a sua estreia no evento ocupando o cargo de ministro para atuar na defesa do governo Dilma Rousseff na análise do impeachment na Câmara dos Deputados. Desta vez, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, ficará com a coordenação da delegação brasileira no encontro.

QUARTO PIOR DESEMPREGO ENTRE 14 PAÍSES DAS AMÉRICAS

De acordo com as projeções do WEO, o desemprego de 9,2% do Brasil neste ano será o quarto pior entre 14 países das Américas (atrás apenas de Venezuela, Porto Rico e Colômbia), mas o número de 2017 (10,2%) tornará o país o terceiro pior da região, superando a Colômbia.

No geral, o documento é pessimista com a América do Sul e prevê para 2016, além do Brasil, recessões na Venezuela (-8%), Equador (-4,5%) e na Argentina (-1%). Com isso a região passará de uma retração de 1,4% em 2015 para uma recessão de 2% em 2016.

Entre as nações mais relevantes do mundo, o FMI elevou apenas as previsões de crescimento da China, em relação ao levantamento de janeiro. O país agora deve crescer neste ano 6,5% (contra expectativa anterior de 6,3%) e 6,2% em 2017 (contra previsão anterior de 6,0%). O fundo também deixou estável as previsões para a Índia em 7,5% nos dois anos.

Para todas as demais principais economias, o FMI reduziu um pouco as previsões de crescimento no relatório de abril em relação às previsões de janeiro. Apesar de ainda apostar que, na média global, o crescimento da economia neste ano será um pouco maior que em 2015, o relatório aponta que, mais uma vez, o avanço tem sido frustrado. O WEO desta reunião tem como título "Too Slow for Too Long", ou seja, crescimento muito lento por um tempo muito longo.

No documento de mais de 200 páginas, o FMI aponta que a redução do crescimento chinês causou a queda dos preços das commodities (produtos básicos com cotação internacional, como minério de ferro, soja e petróleo) e isso afetou os investimentos, que, por sua vez, reduziram a velocidade do comércio global.

— O crescimento global continua, mas a um ritmo cada vez mais decepcionante, que deixa a economia mundial mais exposta a riscos negativos. O crescimento tem sido muito lento por muito tempo — afirmou Maurice Obstfeld na abertura da reunião do FMI.

O economista-chefe do fundo afirmou que a maior volatilidade financeira global, junto com as guerras que criaram a tragédia humana dos refugiados na Europa, podem induzir europeus e americanos a serem mais protecionistas, revertendo a tendência de um mundo mais aberto que vigorava desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o que poderia causar ainda mais queda na atividade econômica global.

— Em muitos países, a falta de crescimento dos salários e maior desigualdade criaram um sentimento generalizado de que o crescimento econômico tem beneficiado elites e proprietários de capital de forma desproporcional, deixando muitos outros atrás.

O menor crescimento reforça, por sua vez, políticas nacionalistas. Em resumo: um crescimento mais baixo significa menos espaço para erros — afirmou Obstfeld, que defende uma política fiscal mais responsável, investimentos em infraestrutura e um aperfeiçoamento do sistema financeiro global para evitar nas quedas de atividade.

Recessão a olhos vistos: empurrados para a rua

12/02/2016 – Fonte: O Globo



De bermuda, camiseta e chinelo de dedo, Glória Regina Messias Curi nem de longe lembra a auxiliar de professora que, até meados de 2014, era funcionária de uma universidade pública carioca.

Depois de perder o emprego, mesmo com um curso incompleto de Letras com habilitação em Libras, não conseguiu se fixar novamente no mercado formal. Para garantir uma renda, Glória trocou a sala de aula pela rua, onde entrega panfletos para uma clínica médica.

A saída encontrada por Glória para sobreviver foi a mesma de milhares de brasileiros no último ano, quando a recessão destruiu 1,5 milhão de vagas de emprego formais em todo o país, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Os sinais da precarização do mercado de trabalho estão visíveis nas ruas e mudaram a ocupação do espaço público: mais ambulantes nas calçadas, mais vendedores no sinal, mais estratégias alternativas para pagar as contas no fim do mês.

— Procurei trabalho em todos os lugares. Trabalhei numa loja por seis meses. Mas, como corria um boato de que ela estava falindo, saí antes que ficasse sem receber. Depois disso, até fui chamada para entrevista, mas ninguém quer contratar uma mulher de 40 anos — reclama Glória.

Atualmente, Glória ganha R\$ 40 por dia com uma jornada em oito horas, na saída da estação do metrô. Já faz isso há um ano. Mas está longe de se conformar com a situação.

Sente falta do plano de saúde, das férias e do décimo terceiro, que vinham junto com a carteira assinada. Embora tenha esperanças de voltar a ter um bom emprego, Glória concentra esforços na formação do filho, um entregador de jornal de 21 anos que sonha em se tornar jornalista.

— Já tranquei a faculdade há muitos anos e não começaria do zero de novo. Agora, tenho de investir no meu filho, que na escola só tirava notas dez — conta.

Para alguns, atravessar a crise é questão de criatividade. O mineiro Pedro Henrique Santiago Ramos, de 28 anos, se mudou para Brasília em setembro, em busca de emprego. Antes, ele tinha trabalhado como garçom na churrascaria da família em Patos de Minas (MG), mas o negócio da família fechou.

Na capital federal, fez bicos como servente de pedreiro, técnico em informática e topógrafo. Os trabalhos temporários acabaram, e ele retornou para sua antiga atividade de garçom nos sinais do Centro da cidade, vestido a caráter. Na bandeja, além de água e refrigerantes, guardanapos azuis para combinar com a gravata borboleta.

— Usava gravata preta, mas não fazia tanto sucesso quanto a azul. O pessoal reparou bastante, e eu passei a vender mais — diz ele.

A concorrência é acirrada: vendedores de balas e um outro vendedor de água disputam o pedaço de asfalto com Pedro, mas ele garante que já tem freguesia garantida. Entre um intervalo e outro, corre até as lojas próximas para trazer mais garrafas de água e encher o isopor que fica no meio-fio.

Trabalhando diariamente “das 8h até o sol acabar”, como ele faz questão de dizer, Pedro chega a vender 60 garrafas por dia, com lucro de mais de 100% em cada uma delas. Ele compra a garrafa por R\$ 0,90 e vende a R\$ 2.

O cientista político libanês Nami Hanna, de 49 anos, está há 15 anos no Brasil. Aqui, se tornou professor de árabe de universitários. Ganhava entre R\$ 30 e R\$ 100 por hora/aula, mas no ano passado viu o número de alunos encolher.

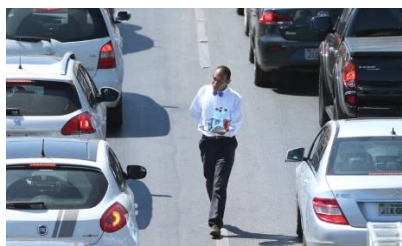
Resolveu, então, fazer uma parceria com um refugiado sírio e vender comidas da culinária árabe numa banquinha. Começaram o negócio na última semana e sonham em abrir um restaurante.

— Meu amigo faz os produtos e eu ajudo com a parte de transporte, compra dos ingredientes. Aqui é tudo caseiro. Este é o nosso diferencial — conta Nami.

Para economistas, ao perder o emprego com carteira num momento em que novas vagas são escassas, o trabalho autônomo se torna a saída para recompôr a renda.

— As pessoas que vêm do mercado formal têm a possibilidade de permanecer alguns meses no seguro-desemprego, mas uma boa parte não tem acesso a esse benefício

porque a regras mudaram ou já estavam empregadas sem carteira. Como muitos são chefes de família, é óbvio que têm impacto e não podem permanecer de braços cruzados. Acabam migrando para um trabalho precário, sem carteira — analisa o economista João Saboia, da UFRJ.



Na crise, a rua também vira palco. A banda Os Fluídos, formada por quatro amigos de Porto Alegre, há dois meses se apresenta na Zona Sul de São Paulo. O cachê? Quando o semáforo fecha, um deles passa o chapéu junto aos motoristas parados no sinal vermelho.

E quem gosta da música, uma mistura de jazz, rock e blues, costuma colaborar financeiramente. A escolha da rua como principal palco para apresentações foi feita quando a crise começou a se aprofundar. Era uma alternativa para divulgar o trabalho e reforçar os cachês, que começavam a minguar nos bares com a retração econômica.

— A crise no mercado de música, para quem toca em bares, é permanente, mas piorou nos últimos tempos. A rua é uma forma de mostrarmos nosso trabalho, fazer contatos e reforçar o caixa — diz o guitarrista Douglas Cassenott, de 27 anos.

DE COZINHEIRO A HOMEM-PLACA

As plataformas da Central do Brasil também têm servido de porto seguro para muitos desempregados.

O portfólio vai do cardápio tradicional, com doces, biscoitos e refrigerantes, a insuspeitos salames, iogurtes, chocolates quentes e até produtos como descascadores de legumes e absorventes íntimos.

Desde que perdeu seu emprego como esmerilhador em um estaleiro no Caju, há um ano e dois meses, Ulisses Sousa Ferreira se posiciona todas as tardes com um isopor repleto de gelo e bebidas na plataforma de onde partem os trens rumo a Belford Roxo, na Baixada Fluminense.

Diz que consegue ganhar por volta de R\$ 1.400 por mês, mesmo com a concorrência mais acirrada, embora, às vezes, o movimento seja menor e o lucro fique na casa dos R\$ 700.

— Depois que o estaleiro mandou todo mundo embora, não consegui arrumar mais nada. Todo mundo sabe que está “brabo”. Aqui, é o meu dinheiro certo — conta o vendedor.

Um dos aspectos enfrentados por esses trabalhadores é a exposição a risco. Panfletar é proibido no Rio, vender artigos em trens, também. Para Ulisses, lidar com essa incerteza já faz parte do cotidiano:

— Apenas de vez em quando eles pedem para a gente sair. É impossível acabar com isso.

Perder a carteira assinada também significa adiar sonhos. Natan dos Santos, de 23 anos, quer ser advogado. Mas, se nem o salário como cozinheiro de uma rede de restaurantes permitiu que ele pagasse a mensalidade, depois de ser demitido, no mês passado, as dificuldades aumentaram.

— Todos os dias passo nas lojas para ver se tem anúncio e me candidatar. Mas não tem vaga. Tenho de juntar dinheiro para pagar minha faculdade.

Enquanto a vaga não aparece, ele tem feito dois bicos. De segunda a sexta-feira é homem-placa de compra e venda de ouro e nos fins de semana faz tatuagem de henna na praia:

— Não dá para ficar parado. Meu seguro-desemprego em breve vai acabar.

Projeto vai propor salário mínimo de R\$ 946 em 2017

12/02/2016 – Fonte: O Globo

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, que será encaminhado ao Congresso até o fim da semana, deverá prever um aumento do salário mínimo dos atuais R\$ 880 para R\$ 946. Não haverá ganho real. O reajuste teria como base apenas a inflação acumulada, o INPC.

No projeto, o governo vai propor um resultado primário igual a zero para o ano que vem. Com o Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços) em queda livre atualmente, os técnicos não veem condição para que a arrecadação tributária se recupere a ponto de permitir uma poupança para o pagamento de juros da dívida pública já em 2017.

O projeto trará, portanto, uma cláusula pela qual uma frustração nas receitas possa ser abatida do resultado, fazendo com que o valor se transforme num déficit.

QUATRO ANOS SEGUIDOS DE DÉFICIT FISCAL

Com isso, as contas públicas ficarão no vermelho pelo quarto ano consecutivo. Em 2014, o rombo do setor público foi de R\$ 32,5 bilhões.

Em 2015, o déficit subiu para R\$ 111,2 bilhões por causa do pagamento das "pedaladas fiscais" (atrasos nos repasses de recursos do Tesouro para bancos públicos e para o FGTS). Este ano, o governo já pediu ao Congresso autorização para que o déficit nas contas públicas possa chegar a quase R\$ 100 bilhões.

Além disso, os técnicos da área econômica afirmam que o governo estuda a possibilidade de fixar, já na próxima LDO, um teto para os gastos públicos com mecanismos automáticos de ajuste caso ele não seja atingido.

Embora o governo já tenha encaminhado ao Congresso um projeto de lei propondo a fixação de um teto para os gastos, a pauta econômica está parada e essa medida dificilmente será aprovada no Legislativo antes do dia 15.

A proposta deverá manter os parâmetros atuais para o crescimento do PIB e a trajetória da inflação. A equipe econômica trabalha com uma projeção de alta de 1% para a economia e um IPCA de 6% em 2017.

Receita regulamenta consolidação de débitos tributários para parcelamento

12/02/2016 – Fonte: Em.com

A Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) publicaram no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira, 12, portaria com os prazos e os procedimentos a serem observados por aqueles contribuintes que aderiram a Refis de 2014 e precisam consolidar os débitos com contribuições sociais a serem pagos ou parcelados.

Para efetuar essa consolidação, o sujeito passivo deverá, entre outros procedimentos, indicar os débitos a serem parcelados ou pagos à vista, informar o número de prestações pretendidas e indicar os montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL a serem utilizados para liquidação de valores correspondentes a multas, de mora ou de ofício, e a juros moratórios.

Também deverá desistir, até 6 de maio, de parcelamentos em curso, caso deseje incluir, na consolidação saldos remanescentes desses parcelamentos.

Segundo a portaria, os processos de consolidação dos débitos deverão ser realizados pelas pessoas físicas ou empresas exclusivamente no site da Receita ou da PGFN no período de 7 de junho a 24 de junho.

Por meio desse Refis, reaberto em 2014, os contribuintes puderam parcelar débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013. Para isso, foi exigida uma entrada de 5% a 20%, dependendo do tamanho da dívida, podendo ser quitada em até cinco prestações. O restante do débito poderia ser liquidado em até 180 vezes, com redução de multas e juros.

FMI vê Brasil encolhendo mais em 2016 e estagnado no ano seguinte

12/02/2016 – Fonte: R7

O Fundo Monetário Internacional (FMI) voltou a piorar sua projeção de contração da economia do Brasil este ano e alertou que as estimativas estão sujeitas a grandes incertezas, destacando a necessidade de uma política monetária apertada para levar a inflação à meta até 2017.

O FMI calcula que o Produto Interno Bruto do Brasil (PIB) recuará 3,8 por cento em 2016, contra projeção de contração de 3,5 por cento feita em janeiro.

Se confirmado, esse resultado repetiria o desempenho da economia em 2015, que foi o pior desde 1990. Na América Latina, o quadro desenhado pelo Brasil só não é pior do que as retrações de 8 e 4,5 por cento previstas respectivamente para Venezuela e Equador neste ano, ainda segundo os cálculos do FMI.

No geral, a América do Sul deve encolher 2 por cento neste ano, com a América Latina e Caribe recuando 0,5 por cento.

"...a recessão (no Brasil) afeta o emprego e a receita real e as incertezas domésticas continuam pressionando a capacidade do governo de formular e executar políticas", apontou o FMI em seu relatório "Perspectiva Econômica Global" divulgado nesta terça-feira.

Para 2017, o organismo considera que muitos dos choques de 2015 e 2016 terão chegado ao fim e a atividade brasileira deve se tornar positiva durante o ano com a ajuda da moeda mais fraca, mas ainda assim o PIB ficará estagnado.

"Essas projeções estão sujeitas a grande incerteza", alertou o FMI, sem dar mais detalhes. O desempenho da economia brasileira ajuda a pressionar as estimativas para o crescimento global, que foram reduzidas respectivamente em 0,2 e 0,1 ponto percentual para 2016 e 2017 em relação a janeiro, para expansão de 3,2 e 3,5 por cento.

A contração esperada pelo FMI para o Brasil em 2016 está em linha com a de economistas consultados na pesquisa Focus do Banco Central, mas o desempenho previsto para 2017 é um pouco mais pessimista, uma vez que a pesquisa aponta crescimento de 0,3 por cento do PIB.

Para o FMI, o governo brasileiro deveria perseverar com seus esforços de consolidação fiscal para alimentar reviravolta na confiança e nos investimentos.

Medidas tributárias são necessárias no curto prazo já que o escopo para cortar gastos discricionários é seriamente limitado, aponta o FMI, "mas o desafio mais importante é lidar com a rigidez e mandatos insustentáveis do lado dos gastos".

No relatório, o FMI ainda projetou inflação ao consumidor no Brasil de 8,7 por cento em 2016 e de 6,1 por cento no ano seguinte, em ambos os casos acima do teto da meta do governo, e afirma que a redução da alta dos preços na direção do centro do objetivo-de 4,5 por cento pelo IPCA-- até 2017 exigirá uma postura de política monetária apertada.

Para o desemprego, a projeção do FMI para este ano é de 9,2 por cento, subindo a 10,2 por cento em 2017. Já o déficit em conta corrente foi estimado em 2,0 e 1,5 por cento do PIB, respectivamente.

O FMI não mencionou o cenário político do país em seu relatório, em meio ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Cobre opera em alta, beneficiado pelo dólar mais fraco e pela força do petróleo

12/02/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

Os contratos futuros de cobre operam em alta na manhã desta terça-feira, apoiado pelo fato de o dólar estar mais fraco. Como o metal é cotado na moeda norte-americana, com isso ele se torna mais barato para os detentores de outras divisas. Além disso, a alta do petróleo também ajuda.

Às 7h55 (de Brasília), o cobre para três meses subia 0,8%, a US\$ 4.700 a tonelada na London Metal Exchange (LME), após atingir mais cedo a máxima em três dias, a US\$ 4.723 a tonelada. Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o cobre para maio tinha alta de 0,88%, a US\$ 2,1090 a libra-peso, às 8h10.

Os preços do cobre avançaram 7% entre o início do ano e meados de março, em meio à demanda sazonal, antes de recuarem diante das preocupações sobre a economia da China, importante consumidor do metal. Os preços agora são similares aos níveis vistos durante a primeira sessão de janeiro.

O cobre é beneficiado nesta manhã também pela alta do petróleo. Como as duas commodities muitas vezes são negociadas como parte de uma cesta ou um fundo, o avanço do petróleo tende a afetar positivamente o cobre. "Os preços do cobre conseguem algum alívio, após o rali prolongado no petróleo", diz a ANZ Research em nota.

Mais adiante, porém, a expectativa é que os preços do cobre possam recuar temporariamente, o que deve incentivar os compradores. O diretor de pesquisa da Fastmarkets, William Adams, afirmou que não estaria surpreso se o cobre recuasse no curto prazo, mas a expectativa é que isso favoreça as compras, o que deve voltar a impulsionar o metal.

Entre outros metais básicos na LME, o alumínio subia 0,5%, a US\$ 1.516,00 a tonelada, o zinco avançava 1,4%, a US\$ 1.784 a tonelada, o níquel tinha alta de 1,1%, a US\$ 8.655 a tonelada, o chumbo operava estável, a US\$ 1.697,50 a tonelada, e o estanho tinha alta de 0,3%, a US\$ 16.770 a tonelada.

Políticas econômicas salvam emergentes das crises, mas não são suficientes

12/02/2016 – Fonte: Wall Street Journal



O capital vem saindo dos mercados emergentes durante vários anos, afugentado por uma desaceleração do crescimento, queda dos preços das commodities e a perspectiva de taxas de juros mais altas nos Estados Unidos. Curiosamente, nenhum grande país emergente entrou em estado de falência por causa disso.

Normalmente, a ausência de uma crise não é algo digno de nota. Mas neste caso é, porque demonstra o quanto o mundo emergente aprendeu sobre os perigos inerentes aos controles do câmbio e o quanto, infelizmente, ainda tem a aprender.

Os mercados emergentes há muito são grandes receptores do capital de investidores estrangeiros buscando explorar os aspectos mais promissores do seu potencial econômico. Mas esses fluxos de investimento são notoriamente instáveis e, muitas vezes, desaceleram abruptamente ou mesmo mudam de direção.

Em sua análise semestral "Perspectiva Econômica Mundial", o Fundo Monetário Internacional observa que um episódio de desaceleração na entrada de capitais, entre 1981 e 1985, coincidiu com a crise de dívida que os países em desenvolvimento enfrentaram na década de 80, e que outro, entre 1995 e 2000, foi simultâneo à crise asiática de 1997 e 1998.

O episódio atual de saídas de capital começou por volta de 2010 e foi comparável "em duração e tamanho" a casos semelhantes nos anos 80 e 90, segundo o FMI. Mas "a incidência de crises de dívida externa no episódio em curso tem sido até agora muito menor". De fato, nenhuma grande economia emergente precisou de um resgate, exceto a Ucrânia, que foi invadida pela Rússia, certamente uma circunstância atenuante.

No passado, países emergentes atrelaram suas taxas de câmbio ao dólar para controlar a inflação e oferecer previsibilidade a empresas e investidores. As taxas de juros internas eram geralmente muito maiores que as praticadas nos EUA, então as empresas e os governos desses países emergentes podiam captar dinheiro mais barato em dólar, desde que o câmbio continuasse fixo.

Os investidores estrangeiros, por sua vez, emprestavam na moeda local, obtendo retornos mais elevados que conseguiriam em dólares, mas, de novo, somente enquanto a paridade cambial se mantivesse. Dessa forma, a crença na paridade cambial perversamente encorajou a acumulação de tanta dívida em moeda estrangeira que tornou a paridade mais vulnerável.

À medida que investidores percebiam que a moeda estava sobrevalorizada (consequência comum da inflação), eles paravam de emprestar. A saída de capital estrangeiro colocava tanta pressão de venda sobre a moeda que ela desabava. Sem capacidade para pagar seus empréstimos em moeda estrangeira, empresas, bancos ou governos quebravam.

Nos últimos dez anos, os mercados emergentes adotaram políticas macroeconômicas ortodoxas. Eles pediram a seus bancos centrais que se concentrassem apenas na inflação e levaram para essas instituições tecnocratas sem vínculo político que tinham doutorado em universidades americanas. Eles adotaram um câmbio flutuante.

Moedas flutuantes tornaram o custo dos empréstimos em moeda estrangeira menos previsível, o que levou os países a contrair menos esse tipo de dívida. Como observa o FMI, cerca de 75% da dívida dos governos dos mercados emergentes está hoje em moeda local, em comparação com zero em 1995. Da mesma forma, cerca de 70% da dívida das empresas dos mercados emergentes está atualmente em moeda local, ante 5% em 1995.

“As taxas de câmbio flexíveis parecem ter ajudado alguns mercados emergentes a mitigar a redução dos fluxos de capital até agora, ao amortecer os efeitos de fatores globais”, observa o FMI.

O câmbio flutuante produziu um ajuste muito mais gradual para as saídas de capital, poupando os mercados emergentes da “parada súbita” típica de eras anteriores. Em contraste, na Europa, o euro agiu como uma moeda de câmbio fixo turbinada ao canalizar capital do norte para as economias do sul.

Quando houve uma debandada daquele capital, a zona do euro experimentou a mais drástica de todas as paradas súbitas. Foi a Grécia, um país desenvolvido, que entrou em moratória, não um país pobre. Foram os bancos dos EUA e da Grã-Bretanha que quase quebraram. Como Guillermo Ortiz, presidente do banco central do México, memoravelmente brincou em 2008: “Desta vez, não fomos nós.”

Assim, a lição encorajadora dos últimos anos é que uma boa política macroeconômica pode reduzir significativamente a frequência e a gravidade das crises. A má notícia é que ela não é suficiente.

O FMI observa que o crescimento registrado nos mercados emergentes desde 2010 não é muito diferente do observado entre 1995 e 2000, apesar da incidência muito menor de crises.

A economia do Brasil encolheu 3,8% no ano passado e deve ter uma contração semelhante neste ano, o que seria um desempenho pior que o registrado durante qualquer uma de suas crises nos últimos 36 anos. As razões são multifacetadas e vão

desde o declínio dos preços das matérias-primas até os altos juros projetados para conter a inflação.

Subjacente a esse desempenho cíclico pobre estão problemas estruturais de regulamentação excessiva, investimentos inadequados, empréstimos bancários dirigidos pelo Estado e corrupção, problemas que afligem a maioria dos mercados emergentes em diferentes graus.

Casos de corrupção exigem mudanças radicais nas empresas

12/02/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo



Reformular-se. Essa foi a medida adotada pela Siemens após protagonizar um dos maiores escândalos de corrupção da Alemanha. Investigada por autoridades do seu país e dos EUA, a companhia pagou, em 2007, uma multa de US\$ 1,6 bilhão por subornar autoridades de diversos países para conseguir contratos atrativos. Nesse mesmo ano, a empresa tomou um importante passo: consolidou seu departamento de governança corporativa e adotou um sistema de compliance bem estruturado.

Além do pagamento da multa, alguns passos foram adotados. A Siemens colaborou com as investigações das autoridades, afastou funcionários corruptos e assumiu um programa de fiscalização e regras. Tais medidas fizeram com que a empresa se tornasse um modelo de governança corporativa, mesmo após o escândalo.

“Não tivemos vergonha de assumir nosso erro, o que talvez seja um dos grandes desafios do mercado brasileiro”, pontua Reynaldo Goto, diretor de compliance do grupo no Brasil, onde fraudes em contratos de trens de São Paulo foram descobertas em 2013 e denunciadas ao Ministério Público.

Estratégia semelhante tem sido tomada pela Petrobrás, cujos contratos e membros são investigados pela operação Lava Jato. Em 2015, a diretoria de Governança, Risco e Conformidade foi criada e em dezembro do mesmo ano o hot site “Daqui pra frente” foi lançado para executivos responderem aos principais questionamentos do público. A estatal também realiza pesquisas com o público externo. “Os resultados apurados contribuem para nortear as ações da companhia em busca da recuperação de sua imagem”, afirma a empresa.

Recuperação. Mas voltar a ter credibilidade não é uma tarefa fácil nem rápida. “A empresa pode errar, mas o que determina se ela vai resistir é como se comporta durante e depois da crise”, explica o professor de Gestão de Crise da ESPM, Leonardo Mancini.

A primeira coisa a se fazer é investigar, preferencialmente com equipes independentes. “Um escândalo é um tipo de crise diferente. É importante investigar antes para não passar qualquer informação equivocada”, diz Renato Franco, sócio da consultoria Íntegra Associados, responsável pela recuperação da Parmalat Brasil. Irregularidades cometidas pela empresa italiana se tornaram públicas em 2003.

"Concomitante à apuração, é preciso um melhoramento das medidas de governança. É primordial fazer uma análise de riscos, tanto do que aconteceu como do futuro", diz Alessandra Gonsales, advogada especializada em compliance e sócia do escritório WFaria. "O compliance é contínuo, pois o fraudador sempre busca outras formas."

O afastamento dos envolvidos também é fundamental, segundo os especialistas, para resgatar a credibilidade. Mas muitos desafios se sobrepõem, como lidar com os nervos da equipe, que teme demissões, e dos acionistas, que se preocupam com a rentabilidade dos seus investimentos. "Além de informar os fatos relevantes, é importante a empresa mostrar aos acionistas que ela está se mexendo", diz Alessandra.

"A única coisa que diminui a ansiedade e a queda das ações é a melhora da percepção, além de rapidez e clareza nas informações", afirma Franco.

Mais do que tudo, a empresa precisa se reavaliar. "É preciso olhar para dentro e redescobrir seus potenciais e trabalhar nisso", destaca o diretor da Siemens.

Juros do cheque especial sobem e chegam a 13,08%, diz Procon/SP

12/02/2016 – Fonte: Jornal do Brasil

O uso do dinheiro disponibilizado aos correntistas por meio de cheque especial ficou mais caro em abril nos dois bancos públicos - Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil (BB) - entre sete instituições pesquisadas pelo Procon de São Paulo, órgão vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Na Caixa, a taxa de juros subiu de 12,29% para 12,59% e, no BB, de 11,99% para 12,09%.

Na média, a taxa cobrada no cheque especial ficou em 13,08%, o que significa uma elevação de 0,06 ponto percentual sobre o índice de março último (13,02%). Já na modalidade de empréstimo pessoal, os juros ficaram estáveis nos sete bancos com a taxa média em 6,48%.

Varição de juros

No Banco Santander, a taxa sobre o empréstimo pessoal permaneceu em 8,49%; no HSBC, 7,3%; no Bradesco, 6,67%; no Itaú, 6,43%; na Caixa, 5,5%; no Banco do Brasil, 5,6%, e no Safra, 5,4%.

Já em relação ao cheque especial, houve as seguintes variações: Santander 14,95%; no HSBC, 14,67%; no Bradesco 12,63%; no Itaú, 12,61%; na Caixa, 12,59%; no Banco do Brasil, 12,09% e no Safra, 12%.

Em sua nota técnica, o Procon alerta ao consumidor para que fique atento aos custos sobre a utilização tanto do cheque especial quanto do empréstimo e observa que o valor final a ser pago aos bancos pode ser maior do que os rendimentos de diversas aplicações financeiras, principalmente, aos da poupança.

Diante disso, os analistas do Procon recomendam ser mais vantajoso para quem tem essas aplicações retirar as reservas aplicadas para o pagamento de dívidas do que recorrer às linhas de crédito dos bancos.

Ações trabalhistas crescem 87,5% em Caxias do Sul

12/02/2016 – Fonte: Pioneiro

Quando se fala que a atual retração econômica vem afetando todos os setores da sociedade não é exagero. Além da indústria, do comércio e dos serviços, o Poder Judiciário sente com força os impactos da crise.

Nos últimos cinco anos, a Justiça do Trabalho de Caxias registrou um aumento de 87,5% no número de novas ações recebidas. Enquanto em 2010 o total de novos processos trabalhistas foi de 6.357, no ano passado o número chegou a 11.924. O índice de crescimento é bem superior ao do período no Estado, que já é expressivo e aponta para 50%.

Conforme Ana Júlia Fazenda Nunes, diretora do Foro Trabalhista de Caxias e titular da 3ª Vara do Trabalho, a elevação na quantidade de processos entre 2010 e 2012 é reflexo natural do crescimento da cidade. Já a disparada a partir de 2013 ocorreu devido à desaceleração econômica, com destaque para o ramo industrial, que é o principal setor econômico da cidade e um dos mais atingidos pela queda nos pedidos.

— As empresas de Caxias não tinham o perfil de não pagar corretamente as rescisões, mas a crise tem ocasionado esse tipo de dívida e isso repercute na Justiça do Trabalho. Outro motivo do aumento nos processos é que muitas pessoas que normalmente não questionariam direitos em época de emprego pleno, estão fazendo isso agora porque seguem sem conseguir um novo trabalho. Ou seja, coisas dúbias, controversas, que não costumavam aparecer, agora surgem com mais intensidade porque essas pessoas estão sem renda — analisa Ana Júlia.

A informalidade é outro fator que motiva a elevação nas ações trabalhistas. Sem oportunidades formais no mercado e com a recuperação econômica sem dar sinais de aparecer, o caxiense tem aceitado trabalhar com os conhecidos "bicos", observa a juíza:

— Essa é uma demanda que começou a aparecer mais recentemente e deve continuar surgindo. Pedidos de reconhecimento de vínculo, de anotação de carteira... Isso não era comum em Caxias há alguns anos — ressalta.

A titular da 3ª Vara do Trabalho frisa ainda que a informalidade é altamente prejudicial porque gera mais acidentes de trabalho, o que aumenta as despesas da Previdência, além de agravar a arrecadação tributária, o que prejudica o desenvolvimento da cidade.

Produtividade aumentou

Ao mesmo tempo que cresce o número de ações trabalhistas, aumenta também a produtividade da Justiça do Trabalho de Caxias. O número de processos solucionados teve alta de cerca de 60% nos últimos cinco anos, enquanto que os julgamentos de primeiro grau no Estado aumentaram 32,7%.

— Estamos com um perfil de servidores muito bom, com espírito público, que buscam soluções e também tem esperança de valorização. Com a criação de duas varas (*a 5ª, em 2011, e a 6ª, em 2012*), passamos a ter um quadro menor por vara e mesmo assim a produtividade aumentou — avalia Ana Júlia Fazenda Nunes, diretora do Foro Trabalhista de Caxias.

Atualmente, o tempo médio de tramitação de um processo, em Caxias, é de 222 dias em rito ordinário e, em rito sumaríssimo (ações com pedidos de até 40 salários mínimos), a média baixa para 114. Na comparação com a média do Estado, o tempo

de julgamento é menor na cidade, já que a média para um processo no primeiro grau no Rio Grande do Sul é 273 dias no rito ordinário e de 121 dias no rito sumaríssimo.

Apesar da produtividade ter crescido, ela não tem acompanhado o crescimento do número de novas ações. No ano passado, por exemplo, foram solucionados 10,9 mil processos em Caxias, enquanto 11,9 mil foram recebidos. Para Ana Júlia, a solução passa pela valorização e aumento do quadro:

— Tivemos um corte de 80% nos investimentos no ano passado e teve também um descaso com a questão da greve nacional. Tudo isso desmotiva os servidores. E se eles não se sentem valorizados, o concurso que eles acabam recorrendo é o de auditor, que é justamente o que o Executivo estimula, pois esse é o servidor que vai atrás do sonegador fiscal. O que parece é que não há interesse da Administração para que o Poder Judiciário seja plenamente eficaz.

Cenário resulta em demissões na indústria

12/02/2016 – Fonte: Diário do Comércio

Normalmente, os dois meses que antecedem o Dia das Mães são agitados nas indústrias que produzem opções de presentes para o segundo melhor momento de vendas do comércio nacional.

Mas, neste ano, a situação está bem diferente. Em vez de aumento da produção e contratação de temporários, as empresas mineiras estão demitindo e tentando “desovar” os estoques, sem grandes perspectivas. São os efeitos da crise econômica, até mesmo na data de forte apelo emocional entre os consumidores.

As indústrias têxteis, por exemplo, que estão entre as que mais vendem no Dia das Mães, não estão recebendo as encomendas vindas do varejo. Por consequência, estão deixando de aumentar o quadro de funcionários e aguardando queda na produção, na comparação com o mesmo período de 2015.

“O varejo está muito estocado e vai tentar vender o que já tem. Por isso, as encomendas estão em baixa”, afirma o presidente do Sindicato das Indústrias Têxteis de Malhas no Estado de Minas Gerais (Sindmalhas), Flávio Roscoe.

Da mesma forma, as fábricas possuem um estoque alto e, por isso, não terão necessidade de aumentar a produção nem mesmo em caso de a demanda melhorar. Roscoe explica que as empresas estão esperando um desempenho pior neste Dia das Mães do que no ano passado. Mas, por causa das incertezas políticas e econômicas que rondam o País, ele não sabe estimar de quanto deverá ser a queda para o setor.

Os fabricantes de calçados também estão pessimistas. Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Calçados do Estado de Minas Gerais (Sindicalçados-MG), Jânio Gomes, o setor trabalha com perspectiva de queda no Dia das Mães deste ano.

A situação poderá até ser amenizada por causa da necessidade de oferecer novidades para os clientes. Mas a queda é certa. “A produção vai ser menor com certeza. Só não vai ser pior porque o lojista precisa ter produtos novos de tendência nas vitrines”, afirma.

A data também deverá ser magra para as joalherias do Estado. As projeções do Sindicato das Indústrias de Joalherias, Ourivesarias, Lapidações e Obras de Pedras Preciosas do Estado de Minas Gerais (Sindijoias-MG) são de manter os resultados do ano passado. Em 2015, porém, o setor apresentou uma queda de 5% da produção na

data. Segundo o presidente da instituição, Raymundo Viana, o que deverá segurar um pouco a tendência de queda é o lançamento de coleções com joias mais baratas e criativas.

Os móveis também são uma opção de presentes para as mães. Mas, segundo o presidente do Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Mobiliário de Ubá (Intersind), Aureo Calçado Barbosa, neste ano, a data não fará diferença no quadro negativo que o setor enfrenta.

O mau momento é uma realidade nacional, o que refletirá no mercado de trabalho. Estima-se uma queda de 28% na criação de vagas temporárias no País.

Brasil está na 79ª posição entre os países mais ricos do mundo

12/02/2016 – Fonte: G1

O Brasil está na 79ª posição no ranking dos países mais ricos do mundo pelo PIB per capita, segundo um levantamento divulgado pela revista "Global Finance Magazine", referente a 2015.

Na lista de 185 países, o Brasil fica atrás de seus vizinhos Argentina, Uruguai e Chile. Países como Gabão (55º), na África, e Azerbaijão (64º), entre o Leste Europeu e a Ásia, também aparecem mais bem colocados que o Brasil.

O país mais bem colocado é o Catar, com riqueza de US\$ 146,011.85, seguido de Luxemburgo e Cingapura.

O índice é baseado no PIB per capita (Produto Interno Bruto por pessoa), a riqueza de um país dividida pelo número de seus habitantes. Ele mede a capacidade aquisitiva de uma população, pela Paridade de Poder de Compra (PPC).

O PIB per capita é uma forma alternativa de medir a riqueza de um país e compará-la com a de outras nações, destaca a revista.

Veja a posição dos países do ranking, pelo PIB per capita:

1º Catar
US\$ 146,011.85

2º Luxemburgo
US\$ 94,167.01

3º Cingapura
US\$ 84,821.40

4º Brunei
US\$ 80,335.27

5º Kwait
US\$ 71,600.96

6º Noruega
US\$ 67,619.10

7º Emirados Árabes Unidos
US\$ 67,201.88

8º Hong Kong
US\$ 57,676.79
9º Estados Unidos
US\$ 57,045.46
10º Suíça
US\$ 56,815.63
20º Canadá
US\$ 45,981.99

30º Nova Zelândia
US\$ 36,342.72
53º Chile
US\$ 24.170,03
56º Argentina
US\$ 21.924,29
58º Uruguai
US\$ 21.387,31
67º México
US\$ 18,714,05
78º Costa Rica
US\$ 15.534,03

79º Brasil
US\$ 15.518,77

A indústria retrocede em uma reação em cadeia

12/02/2016 – Fonte: Carta Capital



Em fevereiro, a produção da indústria brasileira voltou a cair, puxada pela retração dos setores de veículos e de máquinas e equipamentos, concentrados em São Paulo, e a retração arrastou os segmentos fornecedores de matérias-primas para a fabricação de peças e componentes.

Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), as quedas na produção de veículos automotores, de 25,1%, e de máquinas e equipamentos, de 24,6%, influenciaram os declínios de 20,9% das indústrias fornecedoras de produtos de metal, 16,1% das fabricantes de produtos de borracha e plástico e 15,7% do segmento de minerais não-metálicos.

A variação negativa da produção das montadoras e seus fornecedores foi a principal causa do tomo de 12,3% na indústria do estado. No País, o declínio atingiu 9,8%.

Os resultados de fevereiro agravam a crise crônica da manufatura, hoje com produção 14% inferior à de agosto de 2008, o mês anterior à quebra do banco Lehman Brothers e à propagação da crise. O recuo da indústria de bens de capital atingiu 38% no período, e o do setor de bens duráveis, 36%, segundo o IEDI.

Outros indicadores confirmam o descenso do setor. Em 1980, a indústria brasileira era a sétima do mundo, com 2,7% da produção global. Hoje, está em décimo primeiro lugar e representa 1,6% do total mundial. A participação nas exportações manufatureiras mundiais, de 0,6%, corresponde à 32ª posição no ranking.

Os efeitos da deterioração não se circunscrevem ao setor. "A indústria sofre uma perda de conhecimento. É um setor fundamental ao crescimento do Brasil e precisa retomar a produtividade e a produção de conhecimento para liderar o crescimento da economia", destacou Jorge Lopez, presidente da 3M do Brasil, em encontro promovido pela Amcham em São Paulo sobre a economia brasileira em 2016.

Entre todas as agruras da indústria, nenhuma supera a do câmbio valorizado, principalmente, desde os anos 1990. O câmbio, concordam vários economistas, foi o causador da queda da indústria e do PIB brasileiros nos últimos 20 anos.

Nada há de errado, substancialmente, com a economia brasileira, que nos últimos 60 anos cresceu a uma taxa média de 4,7% ao ano, concordam vários economistas. O que puxou o PIB para baixo foi o declínio da indústria.

A valorização do real, a partir dos anos 1990, retirou a capacidade de exportação do setor, favoreceu uma inundação de manufaturados importados e causou a atrofia de inúmeras indústrias. Desde 1986, usa-se o câmbio para controlar a inflação. No ano passado, a desvalorização permitiu corrigir uma parte da distorção e a indústria voltou a exportar.

A estabilização do câmbio valorizado é central, mas a retomada exige ampliar substancialmente o escopo e repensar o conjunto da economia, conforme mostra a história bem-sucedida dos países avançados e do Leste Asiático.

A manufatura demanda um conjunto sincronizado de políticas macroeconômica, de competitividade e comercial. O Brasil atua nas três frentes, mas a harmonia entre elas é insuficiente devido à ausência de uma estratégia industrial articulada no papel de força direcionadora comum.

A harmonização das políticas macroeconômica, industrial e comercial deve articular-se com a participação nas cadeias globais de valor, conjuntos de empresas de diferentes países envolvidas nas diversas etapas de produção e comercialização de bens e serviços responsáveis pela maior parte das transações comerciais internacionais.

Apesar de quase excluído desses arranjos globais, o País tem condições que nem a China nem o México possuem para melhorar a sua posição nas cadeias, avaliaram Timothy Sturgeon, do Massachusetts Institute of Technology, e Gary Gereffi, da Universidade de Duke, nos Estados Unidos.

Eles dirigiram a pesquisa A Indústria Brasileira e as Cadeias de Valor, de 2014, contratada pela Confederação Nacional da Indústria, com diagnóstico e propostas detalhadas para as cadeias das indústrias aeronáutica, de material médico hospitalar e de eletroeletrônicos. As recomendações ainda não foram colocadas em prática, segundo a CNI.

Algumas iniciativas buscam reforçar cadeias produtivas. A Associação Brasileira da Indústria do Plástico e a Braskem desenvolveram um programa intitulado PicPlast para promover as exportações, a competitividade e a valorização das vantagens do uso do plástico. O setor tem 11,5 mil empresas, 93% delas de pequeno ou médio porte, com

326 mil trabalhadores. A iniciativa proporciona “ganhos estruturais e de competitividade”, segundo José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Abiplast.

A Braskem facilitou as condições de acesso à venda incentivada para as exportações às empresas com interesse em disputar o mercado externo. Desde 2013, foram investidos 82 milhões de dólares em 66 mil toneladas de resina destinadas à exportação. O setor de produtos de plástico exporta 5% da produção, mas tem potencial para atingir 20%, segundo Roriz Coelho